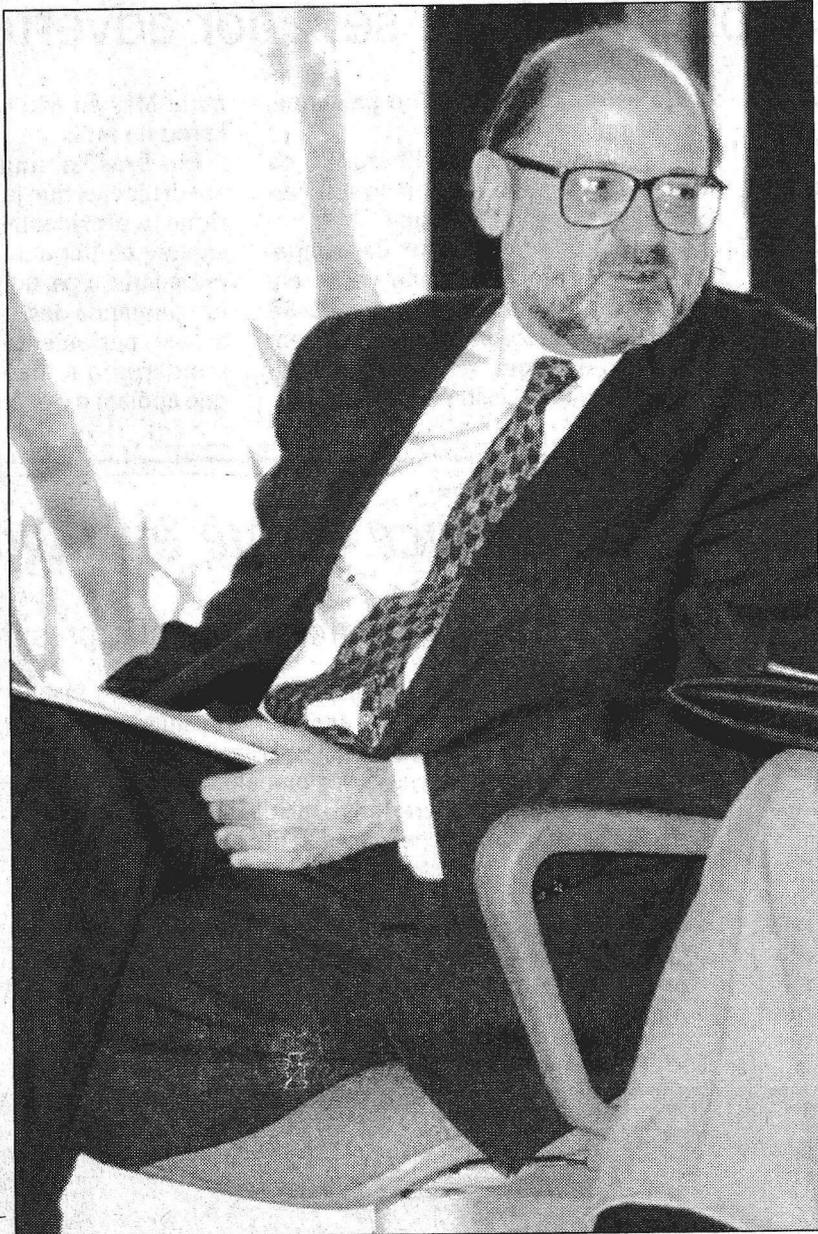


Acordo não prevê transferência ou uso em conjunto de tório

Secretário de Assuntos Estratégicos afirma que cooperação é apenas tecnológica

Tereza Cruvinel, Maurício Zágari e José Meirelles Passos

Gustavo Miranda



SARDENBERG: 'ACORDO exclui uso da energia atômica com fins bélicos'

● BOMBAIM, RIO E WASHINGTON. O memorial de intenções para cooperação nuclear que Brasil e Índia devem assinar vai se limitar ao aperfeiçoamento da tecnologia do tório, não prevendo qualquer iniciativa conjunta quanto à sua utilização posterior e excluindo a hipótese de transferência de material nuclear pelos dois países. A explicação é do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg. Isso deixa fora de cogitação o emprego da energia atômica com fins não-pacíficos ou que extrapolem os outros seis tópicos do acordo: conservação de alimentos, tecnologia agrícola, técnicas médicas, proteção radiológica, segurança de reatores e desenvolvimento de equipamentos nucleares.

O Governo está cheio de contradições sobre o assunto. O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, minimizou o acordo, dizendo que o tório hoje é um mineral desprezado no mundo inteiro, porque seu enriquecimento gera muito lixo. Preferiu falar de dois outros acordos, em ciências do mar e desenvolvimento de supercondutores de energia. Mas, logo depois, Sardenberg afirmou:

— O que pretendemos é atingir juntos um melhor domínio sobre o enriquecimento do tório com urânio, o que o torna um combustível físsil de muitas aplicações. Mas nosso acordo com eles vai só até aí, não prevendo nada sobre detritos e reprocessamento.

Da mesma forma, explicou Sardenberg, não ocorrerá qualquer transferência de material de um país para o outro. Técnicos e cientistas dos dois países devem ser trocados para períodos de experiência ainda não definidos.

Índia e Brasil possuem as maiores reservas de tório do mundo e os indianos têm boa tecnologia sobre seu emprego. Mas juntos poderão aperfeiçoar a técnica de seu enriquecimento pela radiação com urânio. Com isso, o Brasil quadruplicaria sua disponibilidade de combustível nuclear.

Para CNEN, uso do tório no momento é inviável

O presidente em exercício da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Ayrton José Caubit, afirmou ontem que o uso do tório

seria inviável atualmente no país, devido à falta de tecnologias de obtenção de energia a partir do elemento e de reatores adequados. Segundo Caubit, a troca de informações pelos dois países poderia impulsionar o desenvolvimento de técnicas para obter energia a partir do tório. Ele ressaltou que o tratado deverá ser extremamente benéfico para o país, uma vez que permitirá a incorporação de técnicas avançadas com fins pacíficos.

O tório é um elemento radioativo encontrado em numerosos minerais na natureza. A monazita é a principal fonte de tório e encontra-se inicialmente nas rochas magmáticas e forma depósitos nos vales do interior ou nas praias em decorrência da erosão. É três vezes mais abundante do que o urânio. O Brasil e a Índia têm grandes reservas. Em seu es-

tado natural, é usado para fazer pavios de lampiões. Considera-se que as capacidades energéticas do tório ultrapassam o valor das reservas conhecidas dos combustíveis fósseis, levando em conta que um quilo do elemento poderia fornecer energia equivalente a 20 milhões de kWh.

Caubit, que é diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da CNEN, descartou completamente a hipótese do uso bélico da tecnologia. Ele assegurou que a aplicação para fins pacíficos será explicitada no documento. Além disso, a vigilância das agências internacionais de energia atômica daria respaldo às boas intenções de ambos os países.

Nos Estados Unidos, inexistia qualquer preocupação ou alarme em relação aos acordos de cooperação científica que o Brasil está discutindo com a Índia.

— Não estamos absolutamente preocupados com isso. Do nosso ponto de vista, o Brasil tem feito um trabalho extraordinário nessa área. Seu Governo tem lidado com esse assunto de maneira exemplar — afirmou o secretário de Estado-Assistente para Assuntos Interamericanos, Alexander Watson.

O Brasil já deixou a “lista de suspeitos” do Departamento de Estado, em que estão nações que poderiam fabricar bombas nucleares e, assim, tornar-se numa ameaça à paz mundial. Houve uma mudança radical: o Brasil agora está sendo até mesmo cortejado para uma integração ainda maior com os Estados Unidos, justamente nessa área.

Watson revelou que já começou a ser negociado um novo acordo bilateral EUA-Brasil nos setores nuclear e espacial. ■